

O que é Sociologia Política?

Nelson Rosário de Souza*

Filosofia Política, Ciência Política e Sociologia da Política

Um bom ponto de partida para introdução à Sociologia Política é pensar a sua distinção frente a outras disciplinas próximas, como a Filosofia Política, a Ciência Política e, especialmente, a Sociologia da Política.

As disciplinas científicas se distinguem uma das outras na justa medida em que reivindicam para si o poder explicativo de algum aspecto da realidade. Sendo assim, a Economia, por exemplo, procura demonstrar, pela combinação entre teoria e dados empíricos coletados com rigor metodológico, que certos fenômenos econômicos são determinados por outros fatos econômicos. Significa que o atestado de validade da Ciência Econômica está associado à sua capacidade de estabelecer relações causais plausíveis entre acontecimentos do mundo econômico. É o que se passa quando um economista demonstra os efeitos que o aumento dos juros pode ter sobre o declínio da inflação em determinados contextos. Ao proceder dessa maneira, o economista contribui para a efetivação da autonomia da sua ciência em relação às demais.

Mas a importância dessa ciência será ainda mais nítida se ficar demonstrado com rigor lógico e metodológico que certos processos econômicos geram efeitos, até mesmo, para além do mundo dos negócios, ou seja, na política, cultura e sociedade. Assim, um economista pode estabelecer relações causais entre o nível de desenvolvimento econômico de um país e o grau de adesão da sua população às instituições democráticas. Fica evidente que, para ele, os fatores e processos econômicos são entendidos como variáveis independentes, ou seja, como causas explicativas de outros fenômenos. Nesse exemplo, o desenvolvimento econômico seria o causador de variações na área da política, ou seja, os fenômenos políticos são tomados como variáveis dependentes dos fatos econômicos que, por sua vez, são elevados à categoria de variáveis independentes.

Poderíamos multiplicar os exemplos de modo a demonstrar como cada ciência, pelas mãos dos cientistas que as constroem, procura demonstrar logicamente a capacidade explicativa dos fatos cir-

* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

cunscritos a uma determinada dimensão da realidade. Para o cientista político são os fenômenos associados ao poder e ao Estado que têm força explicativa, ou seja, eles podem e devem ser tomados como variáveis independentes. Já para um antropólogo são os fatos do mundo cultural que têm essa capacidade explicativa e assim por diante. Mas, o que acontece quando uma ciência reivindica para seus estudos uma dimensão da realidade já recortada por outro saber? É o caso, por exemplo, da Ciência Política em relação à Filosofia Política. O que se passa quando duas disciplinas se aproximam para formar uma terceira e circunscrevem como objeto de estudo o universo de fatos já trabalhados por outras abordagens? Isso ocorre com a Sociologia Política diante da Filosofia Política ou da Ciência Política. É preciso uma análise mais cuidadosa para distinguir essas formas de produção de conhecimento sobre o universo político.

A Filosofia Política

É correto afirmar que a Filosofia é a matriz a partir da qual os saberes científicos se organizam, especialmente, no caso da área denominada "humanística". A construção do conhecimento científico se faz, também, como um percurso de autonomização diante da Filosofia. Essa separação, é importante frisar, não significa uma ruptura radical, pois o saber filosófico, além de fornecer as bases conceituais do saber científico, dialoga com a ciência apontando seus limites e possibilidades.

Ainda que ocorram variações na forma de pensar filosófica, uma caracterização pertinente do saber filosófico é aquela que o associa ao procedimento dedutivo¹. O pensar filosófico é, fundamentalmente, abstrato, ou seja, trata-se de um raciocínio lógico e rigoroso que parte de conhecimentos anteriores e chega a novos saberes sem passar pela observação dos dados concretos coletados com rigor metodológico. Ao contrário, as ciências são experimentais, "não nascem da dedução lógica, mas sim da indução, da observação e da experiência" (SARTORI, 1981, p. 164).

Os filósofos políticos clássicos exemplificam a abordagem peculiar da Filosofia Política. Hobbes, Locke e Rousseau, cada qual ao seu modo, lançaram uma pergunta sobre a essência do poder, ou seja, sobre o seu fundamento lógico. Não estavam interessados em observar as diferentes conformações históricas do Estado para analisar os limites e possibilidades do exercício concreto do poder. O que esses pensadores fizeram foi imaginar, com rigor lógico, a origem do Estado e, a partir dessa construção abstrata, tiraram consequências sobre o exercício do poder numa sociedade que se quer livre e igual. O olhar desses filósofos estava voltado para um "Estado" ideal. Construir uma abordagem abstrata, entretanto, não significa distanciar-se da realidade, e sim, estabelecer com ela um diálogo fundado não na experiência, mas no raciocínio lógico dedutivo.

A Filosofia Política se caracteriza também pela avaliação das condições de produção da Ciência Política. A partir de questões como: Quais critérios legitimam um saber no campo da Ciência Política? O que faz um pensador ser catalogado como cientista político? Quais valores servem de substrato para essas determinações? O filósofo político estabelece o grau de confiabilidade dos saberes científicos, enfim, os seus limites.

¹ Raciocínio dedutivo é aquele que parte de saberes e teorias anteriores para chegar a novos conhecimentos; trata-se de um procedimento abstrato. O raciocínio indutivo, ao contrário, é aquele que, partindo dos dados da experiência, dos fatos empíricos, empreende um processo lógico e chega a explicações causais plausíveis, ou seja, teorias. É o raciocínio que vai do particular para o geral.

A contribuição da Filosofia Política apresenta-se, ainda, na sua preocupação em caracterizar com precisão o “fenômeno político”, ou seja, estabelecer com rigor lógico a especificidade dos fatos políticos em relação a outros tipos de acontecimentos. Ao distinguir, por exemplo, o campo político do mundo da moralidade privada, a Filosofia Política contribui com a autonomização do saber político. A Filosofia Política, então, dá os parâmetros para a construção do saber científico tanto da Ciência Política quanto da Sociologia Política, mas não se confunde com elas.

A Ciência Política e a Sociologia Política

A distinção entre Ciência Política e Sociologia Política é mais difícil de ser precisada, pois ambas elaboram saberes experimentais, ou seja, indutivos. A diferença não pode ser localizada no tipo de conhecimento produzido; em conjunto elas se opõem à Filosofia, não se preocupam com o que “deveria ser”, não operam no nível ideal, mas, buscam descrever e explicar o “porquê” dos fatos concretos numa “busca da finalidade” (BOBBIO, 1993a). Entretanto, a Ciência Política se ocupa fundamentalmente da análise das instituições políticas, aquelas que abrigam os poderes constituídos: Legislativo, Executivo e Judiciário; e dos processos políticos, ou seja, ações que visam à conquista e/ou manutenção do poder do Estado. Assim, o objeto central da Ciência Política é o Estado, sendo que o olhar dessa ciência alcança as instituições e processos que estão na órbita do poder político central, tais como os partidos e as eleições.

A Ciência Política se caracteriza por buscar nos fatos políticos as variáveis explicativas, ou seja, independentes, e que dão sentido a outros fenômenos e processos do mundo político ou fora dele. Ao analisar os tipos de regimes políticos, as condições do exercício do poder, os negócios públicos, os programas governamentais, os grupos de poder, os conflitos e tensões institucionais, o cientista político busca regularidades, conexões causais entre os fatos do mundo político. Por sua vez, o sociólogo localiza nas condições socioestruturais, nos fenômenos sociais, as causas explicativas de outros acontecimentos sociais, ou mesmo políticos, econômicos etc. São conceitos típicos da Sociologia: comunidade (rural e urbana), trabalho, *status*, autoridade, classe social, alienação, ideologia, mito etc. A Ciência Política, por sua vez, opera com conceitos como Estado, poder, dominação, regimes políticos etc. Mas, a mera observação dos conceitos não é suficiente para distinguir as abordagens, pois é comum que um cientista mobilize conceitos típicos de outra disciplina.

O campo da Ciência Política se aproxima daquele da Sociologia a partir do início do século XX, quando ocorre, especialmente na Europa Central, uma massificação da política. A democracia deixou de ser uma atividade para poucos indivíduos. É o período da formação dos partidos de massa e da organização de grandes mobilizações sociais com o objetivo de influenciar o jogo político institucional. Nesse processo de “democratização da democracia”, os direitos políticos deixam o papel e se efetivam no espaço público. Significa que o mundo social invade o mundo político, fica difícil delimitar a fronteira entre um e outro. A Ciência Política, diante dessas transformações, passa a se ocupar não apenas das instituições, mas também do comportamento dos atores sociais que empreendem ações políticas, sejam indivíduos ou grupos. Não deixa de ser um período de crise da Ciência Política que busca redefinir a especificidade do seu objeto diante da abordagem sociológica sobre o poder². É o momento também onde se apresenta o desafio do diálogo entre Ciência Política e Sociologia.

² Sobre a crise da Ciência Política, ver Sartori (1981).

Sociologia Política e Sociologia da Política

A caracterização da especificidade da Sociologia Política solicita sua distinção diante da Sociologia da Política. Como indica Sartori (1972, p. 6), Sociologia da Política designa apenas uma “subdivisão do campo geral da Sociologia – tal como a sociologia da religião, a sociologia do lazer, e assim por diante. Ao dizermos sociologia da política, deixamos claro que a estrutura, o método ou o enfoque da investigação é de natureza sociológica”. Quando, por outro lado, falamos de Sociologia Política não está pré-figurado o método empregado, os conceitos mobilizados e a perspectiva adotada, nem aqueles da Sociologia, tampouco os da Ciência Política. O desafio da Sociologia Política está, justamente, em estabelecer pontes entre estas duas dimensões do saber: Sociologia e Política.

Como bem explica Sartori (1972), o problema da multiplicidade de abordagens sobre o social não se resolve forçando uma homogeneidade dos saberes sob o guarda-chuva da Ciência Social ou estabelecendo que uma das ciências do social é superior às demais. Não é possível negar a divisão do trabalho na produção dos saberes sobre a sociedade. É a partir dos ganhos da especialização das ciências que devemos pensar no diálogo entre elas. Aí se encontra a diferença da Sociologia Política: sua vocação é ser uma ciência interdisciplinar, seu papel é o de construir “híbridos interdisciplinares” na fronteira dos saberes constituídos. Ao reconhecermos a distinção entre Ciência Política e Sociologia, permanece o desafio de aproximar esses dois modos de produção do conhecimento, ou seja,

[...] construir pontes interdisciplinares. A *sociologia política* é um híbrido interdisciplinar que tenta combinar as variáveis sociais e políticas explanatórias, isto é, os insumos (*inputs*) sugeridos pelo sociólogo e os sugeridos pelo cientista político. A sociologia da política é, pelo contrário, uma *redução sociológica* da política. (SARTORI, 1972, p. 112).

Sartori enfatiza a necessidade de não confundir Sociologia Política com Sociologia da Política, enfim, a tarefa de construir uma ciência interdisciplinar requer a superação da tentativa equivocada de reduzir a Sociologia Política a um subcampo da Sociologia. Trata-se de uma perspectiva oposta àquela encontrada, por exemplo, em Bobbio (1987, p. 62), para quem a “sociologia política é uma parte da sociologia geral, e a ciência política é uma das ciências sociais. O Estado como sistema político é, com respeito ao sistema social, um subsistema”

É preciso considerar, entretanto, que Bobbio não estava preocupado com o tema da interdisciplinaridade e sim, em apresentar o percurso histórico de construção do pensamento político. Tecendo essas considerações ele demonstra como, na Grécia Antiga, a política e a sociedade formavam um todo, depois, a partir da Roma Antiga, ocorreu uma separação entre essas duas dimensões, estabelecendo-se uma relação vertical entre Estado e sociedade, para, finalmente, com “a emancipação da sociedade civil³ burguesa” as instituições políticas se verem permeadas pela sociedade, numa espécie de inversão da hierarquia anterior. Esse processo real, de ampliação dos direitos políticos da sociedade – direito de voto, de organização, de livre expressão das idéias etc. – teve seus efeitos no campo da elaboração dos saberes sobre a sociedade e a política. Nesse contexto, Bobbio toma a Sociologia Política como sinônimo de Sociologia da Política.

³ Ainda que o conceito seja amplo e adquira conotações específicas em diferentes autores, por sociedade civil pode-se entender, em poucas palavras, o conjunto de associações e instituições voluntárias que ocupam o espaço entre o Estado e o mundo privado (da família e do mercado). Como exemplos, podemos citar: movimentos sociais, organizações não-governamentais, associações de caridade, sindicatos, grupos comunitários, associações de moradores, grupos de auto-ajuda, ativistas, associações religiosas etc.

A Sociologia Política

Em virtude da mobilização da sociedade no sentido de participar do mundo político, fenômeno que surge como novidade no início do século XX, os estudiosos do social rumaram, junto com seus atores, para a arena política e se puseram a pensar como a sociedade influenciava e, até mesmo, determinava os processos políticos. A reflexão sociológica passou a focar o poder, o Estado e os atores políticos, mas essas abordagens estavam carregadas de conceitos e olhares da Sociologia, formando, mais precisamente uma Sociologia da Política.

O exemplo da produção de saberes pela Sociologia de Partidos em meados do século passado é importante para perceber as dificuldades iniciais enfrentadas pela Sociologia Política até descobrir a sua vocação interdisciplinar. Os sociólogos de partidos, na tentativa de explicar como fatores sociais determinavam os processos e comportamentos políticos, se puseram a estabelecer relações entre a origem de classe dos eleitores e a adesão dos mesmos aos partidos. Nesse sentido, os partidos apareciam como variáveis dependentes e a classe como variável independente, ou seja, explicativa. A formulação, válida para a disciplina de Sociologia de Partidos, nada tinha ver com a formação de uma Sociologia Política, pois não era o resultado da confluência de métodos e saberes dessas duas subáreas gerando uma nova ciência interdisciplinar, mas sim, a tentativa de explicar a política pelo olhar sociológico (SARTORI, 1972).

A hipótese central que orientava a investigação da Sociologia de Partidos era de que os partidos políticos refletiam, de alguma maneira, a estratificação social. Os partidos representavam as classes sociais e, de certo modo, possibilitavam a transição da luta de classes, do campo privado do mercado ou, dito de outro modo, do chão da fábrica para o espaço da política. O impulso inicial dessa disciplina estava associado, então, ao conceito marxista de consciência de classe. Esse conceito expressa o princípio de que a classe operária tende a reconhecer-se a si à medida que percebe a sua trajetória histórica de luta contra a burguesia e, a partir dessa percepção, busca uma associação de forças para a transformação radical da sociedade.

A Sociologia de Partidos, além de não caminhar no sentido da formação de uma ciência interdisciplinar (a Sociologia Política), também não conseguiu convencer de que fatores sociológicos explicavam o comportamento político. Segundo Sartori (1972), o problema estava em associar apressadamente e sem base empírica⁴ válidas três momentos distintos: a atração de classe, o apoio advindo da lealdade de classe e a representação dos verdadeiros interesses de classe. Sartori demonstra que a relação que a Sociologia de Partidos estabeleceu entre esses três momentos foi frouxa, e ressalta a imensa dificuldade que essa disciplina teve em precisar o que seria o “interesse de classe” e a “representação de classe”. A partir dessa constatação ele conclui:

O *status* teórico da sociologia de partidos de classe é pobre. Em primeiro lugar, o conceito de representação está patentemente mal empregado. Projetivamente falando, só nos é permitido dizer que os partidos refletem, ou podem refletir, classes sociais. Isso significa ser possível encontrar “semelhanças de classe” entre eleitores de um partido, por uma parte, e o pessoal ou os quadros funcionais do partido, por outra parte. Com base nesta conclusão, podemos inferir que os eleitores e os líderes estão vinculados por uma espécie de empatia sócio-psicológica... mas não é possível inferir mais do que isso. A diferença entre empatia e representação é abissal. (SARTORI, 1972, p. 118).

Verifica-se que Sartori desqualifica a tentativa da Sociologia de Partidos em associar o comportamento político à posição dos sujeitos na estratificação social. Os próprios números sobre o comportamento eleitoral, mobilizados pelos sociólogos de partido, indicavam que a classe trabalhadora, por exemplo, não

⁴ Empírico no sentido de dados coletados da experiência através de instrumental metodológico e científico.

votava em massa no partido operário, ou mesmo, nos partidos de esquerda. O importante para nós é perceber, a partir do exemplo histórico, a especificidade da Sociologia Política e a dificuldade em precisar seu objeto e método de análise, pois ela não deve ser nem Sociologia, nem Ciência Política, mas o encontro dessas duas disciplinas. Nesse sentido, mais importante do que explicar por que uma parte da classe vota no partido que apela para seu ideário, seria entender por que a outra parcela da classe não vota nesse partido.

Sartori sugere a necessidade de inversão da hipótese, não seria a posição dos indivíduos na estrutura social que explicaria o comportamento político. O voto de classe é algo pontual e superficial, portanto, insuficiente para apreender a ação política de classe que é algo mais complexo e amplo. O desafio para a ciência seria explicar como se dá a passagem de uma posição de classe para um comportamento de classe. A nova hipótese, própria à investigação de uma ciência interdisciplinar como a Sociologia Política, é de que a ação das instituições sociopolíticas, entre elas os sindicatos, os partidos e as associações de classe, criariam redes estratégicas de solidariedade e identidade com força política. Ou seja, nos locais onde esse tipo de instituição social empreende práticas políticas, o voto tenderia a ser de classe. A ação persuasiva das instituições pode transformar o apelo de classe em ação de classe (SARTORI, 1972). Nesse caso, a combinação de fatores sociais e políticos explicam o comportamento dos atores, o que exige, portanto, uma análise interdisciplinar a ser empreendida pela Sociologia Política de maneira a evitar que a política seja vista apenas como uma projeção do social, ou seja, evitar uma redução sociológica da política. O papel da Sociologia Política é determinar, de forma simultânea, em que medida a sociedade condiciona os processos políticos e é por eles condicionada.

Em resumo, a Sociologia Política se ocupa de analisar o comportamento político dos atores sociais. Temas como a participação política, com seus diferentes graus de intensidade e tipos de engajamento, são comuns a essa disciplina. Os valores políticos, as ideologias, enfim, a cultura política dos indivíduos também constitui objeto da Sociologia Política, mas enfatizando a relação entre poder e sociedade. Quem tem o controle dos processos decisórios? Qual o perfil social dos grupos dominantes, ou seja, das elites? São questões que orientam a investigação dos cientistas envolvidos nessa disciplina. O espaço da sociedade civil, localizado entre o Estado e a dimensão privada, é o foco principal da Sociologia Política: como se organiza o público, seus interesses, atores e suas instituições (partidos, grupos de pressão, sindicatos, associações comunitárias, burocracia etc.)? Dentro dessas fronteiras, que não são rígidas, se constrói o saber dessa ciência interdisciplinar.

Texto complementar

Resposta à recensão de Joaquim Aguiar

O discurso do eleitorado

(FREIRE, 2007, p. 325-330)

Este texto é uma resposta àquelas que considero serem as principais questões levantadas pela recensão de três livros de que sou autor (*Modelos de Comportamento Eleitoral, Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta, 2001), co-autor (*A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências

Sociais, 2002), e co-editor/co-autor (*Portugal a Votos – As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004).

Em primeiro lugar, gostaria de saudar Joaquim Aguiar, agradecendo a atenção prestada às três obras, bem como os comentários apresentados. Um dos indicadores de que uma determinada área de estudos começa a atingir certa maturidade é o surgimento de debates e controvérsias entre os estudiosos. Vejo, por isso, os comentários de Joaquim Aguiar como um ponto bastante positivo no sentido da maturação da área dos estudos eleitorais, que, sendo uma área *mainstream* ao nível das sociedades mais desenvolvidas da nossa área geocultural, está ainda relativamente subdesenvolvida entre nós.

[...]

A outra crítica que reputo mais relevante do ponto de vista teórico–metodológico é a seguinte. Retomando a crítica de Giovanni Sartori aos modelos sociologistas da política (“uma sociologia da política”), e defendendo modelos politológicos da política (“uma sociologia política”)¹, diz-nos Aguiar: “Terminadas as sugestões que estes três livros motivaram, a síntese destas notas pode ser apresentada como estando centrada na escolha do plano de análise, o plano superficial das formas ou o plano profundo das realidades. Na perspectiva da sociologia da política, é a interpretação das condições expressas pelos diversos grupos sociais que determina o que podem ser as ações políticas, o que legitima uma posição analítica que parte das formas e das expressões literais desses grupos sociais para estudar as trajetórias políticas. De modo diferente, na sociologia política é necessário explorar simultaneamente o modo como os partidos e os protagonistas políticos são condicionados pela sociedade e pelos seus grupos de interesses e o modo como a sociedade, na expressão das suas expectativas e na formulação dos interesses dos seus grupos é condicionada pelos partidos, pelos protagonistas políticos, pelos seus programas e pelos seus discursos. No essencial, esses três livros são exemplos de sociologia da política, mas a crítica e as sugestões que motivaram inserem-se na perspectiva da sociologia política.

Parecem perspectivas próximas, mas, de fato, permitem ver objetos de análise muito diferentes.”

Pessoalmente, também considero que a perspectiva da “sociologia política” (hoje diríamos uma perspectiva mais politológica, isto é, que incorpore as considerações sobre a oferta política nos modelos para a explicação dos comportamentos e atitudes políticas dos eleitores) é bastante mais interessante do que a da “sociologia da política”. Aliás, eu próprio recorro a ela para interpretar alguns dos resultados que encontrei, nomeadamente o baixo nível de “voto por temas” (v. o capítulo 4 do *Portugal a Votos*, sobretudo as “conclusões”): “[...] Sendo assim, o caso português aponta para a importância primordial das condições políticas perante as condições socioestruturais.

Ou seja, o fato de os partidos não apresentarem propostas políticas suficientemente claras aos eleitores parece ser mais importante do que as tendências estruturais em termos da evolução do perfil social e psicológico dos eleitores (níveis mais elevados de mobilização cognitiva), bem como dos níveis muito baixos de ancoragem social do voto (*Portugal a Votos*, p. 188).”

E nos dois parágrafos seguintes (p. 188-189) apresento alguma evidência empírica comparativa para sustentar esta tese. Porém, com um estudo centrado numa só eleição e num estudo de

¹ Giovanni Sartori. From the sociology of politics to political sociology, In Martin Lipset Seymour (org.) *Politics and the Social Sciences*, Oxford University Press, 1969. p. 328.

caso (Portugal), a incorporação de informação empírica sobre a oferta partidária só pode ser feita a nível descritivo ou meramente para interpretar os resultados, como fiz. Penso a que incorporação de informação empírica sobre a oferta partidária e outros dados contextuais (sociais, políticos e institucionais) é uma via que deve ser prosseguida no futuro, combinando dados sobre as atitudes e comportamentos dos eleitores e dados sobre a oferta, mas tal carece necessariamente ou de uma análise comparativa² (que já é possível fazer) ou de uma análise longitudinal (que só a repetição de inquéritos eleitorais em diferentes eleições portuguesas permitirá, e que não existia quando analisamos as eleições legislativas de 2002...)³.

² Nesta linha, sugerida como tópicos de uma nova agenda de investigação em *Modelos do Comportamento Eleitoral* (p. 144), v., por exemplo, Pippa Norris (2004), *Electoral Engineering: Voting Rules and Political Behavior*, Cambridge, Cambridge University Press, André Freire, Marina C. Lobo e Pedro Magalhães (2005), Left-right and the European Parliament vote in 2004, comunicação apresentada no encontro anual da American Political Science Association (APSA), 1 a 4 de Setembro, Washington, DC, DIVISION 36-12 (Cosponsored by DIVISION 15-21): *Elections and Voting Behaviour*.

³ Nesta linha, v., por exemplo, André Freire e Marina C. Lobo (2005), Economics, ideology and vote: Southern Europe, 1985-2000, In *European Journal of Political Research*, vol. 44 (4), pp. 493-518, e Jacques Thomassen (ed.) (2005), *The European Voter. A Comparative Study of Modern Democracies*, Oxford, Oxford University Press. Este último estudo capitaliza com a acumulação longitudinal de inquéritos académicos sobre as atitudes e comportamentos dos eleitores para estudar o impacto das diferentes condições sociais, políticas e institucionais (específicas para cada eleição em cada país) sobre as atitudes e comportamentos dos eleitores. Tal só foi possível porque aquilo que em Portugal só começou em 2002 já tem um vasto lastro temporal na Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda, Dinamarca, Suécia e Noruega – tais inquéritos regulares iniciaram-se por volta dos anos 1960-1970.

Atividades

1. Qual a diferença entre Filosofia Política e Ciência Política?

2. Qual a definição de sociedade civil?
